

*Sobre a interpretação e os efeitos da fala da criança**

M. F. Pereira de Castro – UNICAMP

Na trajetória do *interacionismo em aquisição de linguagem*, sempre estiveram presentes as indagações sobre o papel da interpretação do adulto e seus efeitos sobre a fala da criança. Nesse sentido o conceito de interpretação opõe-se ao de *input*, que suspende qualquer consideração sobre a fala do outro.

Ainda que raramente chamada de “interpretação”, interpretação e interação são mutuamente definíveis na teoria. Assim, se a qualificação desta última ancora-se explícita ou implicitamente na idéia de *comunicação intersubjetiva*, a interpretação, necessariamente, define-se na ordem do psicológico ou do social. O reconhecimento da mútua dependência entre os termos na teoria estimula a reflexão e propicia o aparecimento de questões que não se podem responder com muita facilidade.

A idéia de *comunicação*, por exemplo, não deixa espaço para o conceito de língua, de uma ordem de realidade autônoma, que impeça o fechamento da linguagem humana na clausura da complementaridade (Henry, 1992). A interação confunde-se aí com as leis de uma psicologia social da linguagem, em um projeto teórico que pretende deduzir as propriedades das línguas a partir dos seus mecanismos de comunicação e de suas leis de interação social.

* Nossa participação no Workshop do IV ENAL foi de ½ hora de duração. Entretanto, para a publicação neste volume dispomos apenas de cinco páginas para a apresentação do mesmo trabalho. Procurando contornar os problemas inevitáveis de um corte do material discutido, convidamos o leitor a ler o artigo “A fala do outro e a heterogeneidade da fala da criança” em *Letras* janeiro/junho 1997. Revista do Mestrado em Letras da UFSM/RS (125-138). Nele são apresentados alguns argumentos e parte da análise de fatos ilustrativos das hipóteses discutidas na participação do Workshop.

Segundo Henry (op. cit.), no campo da complementaridade, a realidade humana esgota-se no social ou no psicológico: tudo aquilo que não é, pois, da ordem do psicológico, é social e reciprocamente.

Como romper a clausura da complementaridade, a hipótese de interação como comunicação e o conseqüente papel de mediador ou regulador atribuído ao adulto na teorias da interação? Como reconhecer a ordem da língua, sem contudo deixar de lado a hipótese de uma relação entre a fala da mãe e a aquisição de linguagem pela criança?

Esta é justamente uma das questões que procuro levantar nos trabalhos sobre a negação em aquisição de linguagem, rompendo com a hipótese de uma psicologia da interlocução como base de funcionamento dos enunciados negativos (Pereira de Castro, 1992; 1995a; 1995b).

Por outro lado, em uma reflexão abrangente e radical, de Lemos (1992, entre outros trabalhos) reformula o próprio conceito de interação. O adulto passa a ser entendido como uma instância do funcionamento da língua, lugar de processos lingüístico-discursivos, a que a criança é submetida pela interpretação e significada como falante de uma língua materna.

É preciso salientar que nem na reflexão de Henry (op. cit.), nem nos trabalhos que acabo de mencionar, está presente qualquer concepção de língua funcionando por si só, às cegas. As hipóteses perseguem a própria relação sujeito-língua. Ou melhor, trata-se de uma concepção de língua que inclui um sujeito como efeito.

Procurando avançar nas questões abertas pelas hipóteses mencionadas acima, tenho trabalhado com o conceito de *interpretação* (Pereira de Castro, 1995a; 1996) e com a questão do estatuto teórico do conceito de *língua materna* (Pereira de Castro, 1996; no prelo) no interacionismo em aquisição de linguagem. Atenho-me aqui a uma pequena parte da reflexão sobre a interpretação.

Se é pela interpretação da mãe que a criança é posta no funcionamento da língua, por outro lado, sua única possibilidade constitutiva é enquadrar-se na fala do outro. A criança incorpora fragmentos da fala da mãe e do efeito estruturante dessa identificação e *sujeição à imagem do outro*, depende o início de um processo de aquisição de linguagem (Pereira de Castro, 1997).

De fato, a *interpretação* no quadro dessas questões deve ser tomada como *efeito*: efeito da fala do adulto na fala da criança, efeito da fala da criança na fala do adulto e efeito que a fala da criança promove no seu próprio processo de aquisição.

A interpretação da mãe dá-se entre um movimento de *identificação ou reconhecimento* de uma língua, de um determinado universo discursivo, do que lhe soa como familiar, como seu; e um *estranhamento*, provocado pelos deslocamentos da língua na fala da criança. Não se trata aí de um julgamento de atribuição, implícito ou explícito, como "isto se diz", "isto não se diz". mas de um ser falante que, por esse fato, está sob os efeitos da fala da criança. Mesmo quando as novas relações que se estabelecem entre os fragmentos incorporados vão além dos limites da língua, quando ao linguisticamente impossível impõe-se o que Milner chama do "materialmente atestado" (Milner 1989:55).

Em *Investigações Filosóficas* é possível reconhecer na reflexão de Wittgenstein questões que iluminam o movimento de interpretação e a tensão que procuramos cernir entre *identificação/reconhecimento* e *estranhamento*. Diz o autor:

"Quando alguém diz: 'se nossa linguagem não tivesse essa gramática, não poderia exprimir estes fatos' – então pergunta-se o que significa aqui a palavra 'poderia'.

Quando digo que as ordens 'traga-me açúcar!' e 'traga-me leite!' têm sentido, mas que a combinação 'leite-me açúcar' não o tem, isto não significa que pronunciar esta combinação de palavras não tenha nenhum efeito. E ainda que seja o efeito de fazer o outro olhar-me com espanto e escancarar a boca, não a chamo por isso de ordem para me olhar com espanto etc... mesmo que eu quisesse obter esse efeito.

Dizer que 'esta combinação de palavras não tem nenhum sentido' implica em excluí-la do âmbito da linguagem e delimitar seu domínio. Quando, porém, se traça um limite, isto pode ter diferentes razões. Quando cerco um lugar com uma cerca, com um risco ou com o que quer que seja, isto pode ter por finalidade não permitir que alguém entre ou saia; pode também fazer parte de um jogo e o limite deve ser transposto pelos jogadores; ou pode também indicar onde termina a propriedade de uma pessoa e começa a propriedade de outra; etc.. Se traço um limite, nem por isto está dito porque o traço.

Quando se diz que uma frase não tem sentido, não é que seu sentido, por assim dizer, não tenha sentido. Mas que uma combinação de palavras é excluída da linguagem, é tirada de circulação" (Wittgenstein, 1975, p. 145; ênfases minhas)

Sobre o fato lingüístico recortado e comentado por Wittgenstein pode-se dizer que a posição ocupada por 'leite-me' na estrutura é determinante da tensão entre o reconhecimento de um certo sentido na língua e o estranhamento que a agramaticalidade do enunciado provoca. Formas imperativas como "traga-me", do

exemplo citado, ou 'passe-me', 'dê-me' etc. fazem-se presentes por sua conexão metonímica com o resto da cadeia, marcando com um certo sentido o enunciado, sem sentido, 'leite-me açúcar'. O nome, aparentemente flexionado como verbo, na posição de verbo, faz com que a 'combinação de palavras' não provoque só efeito de espanto ou de bocas escancaradas, mas também um certo efeito de sentido.

Nesta breve reflexão sobre a interpretação, a discussão de Wittgenstein entra – um pouco selvagemmente talvez – para atestar o que todos sabemos, isto é, que traçar um limite entre o possível e o impossível na língua não é nada simples. E que o mesmo os enunciados insólitos e excluídos podem promover um certo efeito de sentido. Estranhamento não exclui reconhecimento, nem vice-versa.

Segundo Milner, o *factum gramaticae* repousa sobre uma "hipótese gramatical mínima", a saber: "I – uma língua distingue entre formas possíveis e formas impossíveis; II – o possível de língua e o possível material são disjuntos". Esta disjunção é, para o autor, essencial à atividade gramatical (Milner, op. cit., p. 83; tradução e ênfase minhas). No texto de Wittgenstein – que não se tome esta observação como aproximação teórica entre posições teóricas distintas dos dois autores – é também a não coincidência que está em jogo. E os comentários do autor dão margem a que façamos os nossos, isto é, que reconheçamos as relações entre enunciados material e gramaticalmente possíveis – como "traga-me açúcar", "traga-me leite" – e aquele materialmente possível, mas gramaticalmente impossível, "leite-me açúcar". São os dois primeiros que 'garantem' algum sentido, em meio ao não sentido deste último.

A reflexão acima trouxe para este artigo sobretudo questões que dizem respeito à interpretação diante da função de excesso da fala da criança, do 'erro'. Contudo, é preciso frisar, a interpretação como tensão entre reconhecimento e estranhamento está em jogo não apenas nestas situações. Não é, só o gramaticalmente impossível, mas materialmente atestado que gera interpretação. O adulto reconhece na fala da criança uma língua, um já dito em determinado universo discursivo, mas há – ao mesmo tempo – um deslocamento pelos arranjos entre significantes; pela própria condição do simbólico, que promove um estranhamento. Na lógica do simbólico cada volta do significante vem marcada por uma diferença, que se instala pelos movimentos da língua. Pode-se portanto dizer que o simbólico não deixa fechar a identificação imaginária pela qual o adulto reconhece, nas incorporações da criança, o já dito e a sua própria fala. Nesse sentido vê-se que a interpretação não é

previsível. Ela é efeito da contingência, que instaura uma tensão entre o reconhecimento e o estranhamento.

Retomando-se a pergunta formulada na página 82, pode-se dizer que esta concepção de interpretação não deixa de lado o papel do adulto, mas não o confunde com o de um mediador entre a criança, a linguagem e o mundo e regulador da interação.

Tomada desse modo, a interpretação, na sua imprevisibilidade, deve ser reconhecida como um ponto de subjetivação, um entre outros, que na relação mãe-criança caracteriza-se muitas vezes pela restrição que os enunciados da primeira impõem à fala desta última. Este gesto interpretativo é possível justamente porque o adulto é uma instância de funcionamento da língua "constituída", como mencionei na abertura deste trabalho ao citar de Lemos (op. cit.). É também porque há língua, eu diria, numa direção diversa de Wittgenstein, que a combinação "leite-me açúcar" está fora da gramática, mas faz um certo sentido.

Tais considerações levam-me a uma outra indagação: pode-se também supor um certo funcionamento de língua na criança e falar da tensão entre reconhecimento e estranhamento? Como ela interpreta seus próprios enunciados e os do outro? Ou ainda, quais os efeitos da sua fala sobre o seu próprio processo de aquisição de linguagem?

Reconhecimento e estranhamento são decorrentes das mudanças na relação da criança com a sua língua materna. Embora esta seja uma discussão que exceda os objetivos do presente artigo, trato da questão via análise de alguns fatos ilustrativos destas mudanças. Limitar-me-ei a comentar três episódios que mostram, na fala da criança, questões que interessam de perto à nossa discussão.¹

Os dois primeiros relacionam-se com a discussão deste trabalho tanto pela questão da interpretação em geral, como pelos problemas discutidos sobre a agramaticalidade e o sentido. De fato, como se pode ver em (1) e (2), "senão" desloca-se dos enunciados incorporados, dos textos maternos em que foi inicialmente significado, para passar a circular na fala de D. e V, aproximando fragmentos, deslocando sentidos. ("fica de", "senão que", "senão fica bom com"). É importante notar que aqui, assim como na discussão de Wittgenstein, a agramaticalidade dos enunciados não impede que se reconheça neles as relações que estabelecem com as cadeias em que "senão" e outros conectivos ligados às justificativas podem

¹ O episódio (1) foi extensamente comentado no IV ENAL e recebe aqui apenas uma brevíssima análise, pelas razões já comentadas. A análise completa encontra-se no artigo mencionado na nota de rodapé da p. 81.

comparecer: "põe leite senão fica quente" etc... Note-se também, por exemplo, que em (2) "senão" ocupa o lugar de "porque". Por outro lado, considerando-se o cruzamento dos dois conectivos em estruturas do tipo "x senão y", como "faça x porque [se não fizer] acontece y", tem-se uma explicação para as substituições constantes entre "porque" e "senão" nos enunciados de V. Vejamos os episódios comentados.

- (1) (Em um momento em que D. usa com frequência justificativas de ordens e advertências como "não pode x senão y", ao ver sua mãe pôr leite no cafezinho que lhe preparava, diz:

D. *O meu fica de leite senão que tá quente* (D. 2;7.22)

(2) (V. comendo)

V. *Misturar esse arroz... com feijão né, mãe? Senão fica bom com esse* (V.3;11.10)

Note-se ainda que, nos episódios acima e em tantos outros nos *corpora* destas crianças, D. e V. não parecem tocadas pelo "erro". Não há hesitações nem tentativas de correção. Em outras palavras, D. e V. não estranham a diferença entre seus enunciados e aqueles em que "senão" foi significado. Fatos como este têm sido interpretados em trabalhos anteriores (Pereira de Castro, 1996 e 1997; de Lemos 1997) como um fechamento imaginário sobre o todo; uma relação que se dá no vértice da semelhança, sem lugar para a diferença e a heterogeneidade.

Finalmente, para encerrar este artigo, apresento um outro episódio, cujo foco da questão não é sintático-semântico como nos dois primeiros, mas argumentativo. Através dele pode-se observar a criança à escuta do seu próprio enunciado – sob o seu efeito – e tocada pelo fato de que um enunciado pode se tornar um outro, isto é, de que a interpretação da mãe possa ser afetada por uma "infelicidade"; um "erro" sobre a fala do outro, objeto de identificação e de estranhamento. Nesse sentido, (3) mostra uma outra relação da criança com a linguagem; caracterizada por um certo funcionamento no simbólico, pela posição de intérprete da sua própria fala e do outro. Eis o enunciado:

- (3) (Mãe e D. assistem desenho na T.V. e D. pede paçoca. A mãe vai buscar na cozinha e ao voltar...

D. *Sabe por que eu disse isso? Não é por causa que você não gosta de desenho, é porque tá alta a paçoca.* (D. 4;3.1).

Referências bibliográficas

- LEMOS, C. T. de. Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio. *Substratum*, v. 1, n. 1, p. 121-136, 1992.
- . Processos metafóricos e metonímicos: seu estatuto descritivo e explicativo na aquisição da língua materna. Trabalho apresentado na *The Trento Lectures and Workshop on Metaphor and Analogy*; organizada pelo Instituto per la Ricerca Scientifica e Tecnologica Italiano em Povo. 1997.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- MILNER, J. C. *Introduction à une science du langage*. Paris: Seuil, 1989.
- PEREIRA DE CASTRO, M. F. Entre aquele que diz sim e aquele que diz não: questões sobre a negação na aquisição de linguagem. *D.E.L.T.A.*, v. 8, n. especial, p. 125-151, 1992.
- . A negação na aquisição de linguagem: um fato que faz pensar e mudar. *Anais da ANPOLL*, 1995a.
- . Ainda a negação: questões sobre a interpretação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 29, p. 27-38, 1995b.
- . A interpretação e o conceito de língua materna na teorização sobre o interacionismo em aquisição de linguagem. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq para uma bolsa de produtividade em pesquisa. Inédito, 1996.
- . A fala do outro e a heterogeneidade da fala da criança. *Letras*, Revista do Mestrado em Letras da UFSM, p. 125-138, 1997.
- . Língua materna: palavra e silêncio na aquisição de linguagem. In: JUNQUEIRA FILHO, L. C. (org.) *Silêncios e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (no prelo)
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção "Os Pensadores")